


João Bernardo Vieira



NÃO PINTCHA

ORGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 3713/3726/3728 — BISSAU

UMA RESPOSTA ENÉRGICA

Compreender os acontecimentos que se desenrolaram recentemente no nosso país, analisar o significado profundo das mutações operadas, só é possível, situando-se no seu verdadeiro contexto histórico:

Animado durante 14 anos por um espírito patriótico profundo e inspirado no movimento revolucionário dos países que ora emergiam da barbárie colonial, o nosso Povo, consciente da sua responsabilidade histórica, deu provas incontestáveis da sua maturidade política ao conduzir, sob a direcção lúcida do nosso saudoso camarada Amílcar Cabral, o processo da sua libertação e da emergência da Nação Guineense, forjada na Luta Armada.

Concretizada a independência «de jure» do nosso País, a 24 de Setembro de 1973, os alicerces de uma sociedade nova, de justiça, de paz, de progresso, e isenta da exploração do homem pelo homem, estavam lançados.

Pensar a Reconstrução Nacional, num País cuja única herança era a miséria, o analfabetismo e o obscurantismo, impunha-se como uma tomada consciente de posições, consubstanciada no pensamento legado pelo líder imortal, camarada Amílcar Cabral.

Contudo, sete anos após a proclamação, nas colinas de Boé, da República da Guiné-Bissau, tornava-se cada vez mais evidente a tendência conducente ao desenvolvimento de uma elite egocêntrica, defendendo obstinadamente uma ordem política, económica e social discriminatória, em detrimento das aspirações legítimas do nosso Povo e manifestamente contrária aos princípios definidos pelo PAIGC.

A evolução desta situação aprofundou as contradições no seio da nossa sociedade, e, simultaneamente, no seio da sua superestrutura política, inviabilizando assim, o funcionamento correcto dos mecanismos democráticos.

(Continua na página 8)

COMANDANTE NINO VIEIRA SERVIR O POVO —MAIS NADA!



Nino manifesta a sua confiança na solução dos problemas do PAIGC dentro do Partido

A definição ideológica do Conselho da Revolução, o destino de Luiz Cabral e a situação de Rafael Barbosa foram algumas das questões abordadas pelo comandante João Bernardo Vieira-Nino, num encontro com os jornalistas estrangeiros, segunda-feira de manhã, na fortaleza da Amura.

Nino teve oportunidade de manifestar a sua confiança em que a solução para o PAIGC será «encontrada dentro do Partido».

(Página 8)

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Os Governos da União Soviética, de Portugal, do Brasil, da Mauritânia, e da Libéria já reconheceram o novo poder do nosso País, saído do Movimento Reajustador do 14 de Novembro, que, depondo Luiz Cabral, reconduziu o nosso Partido à linha traçada pelo saudoso camarada Amílcar Cabral e abriu perspectivas para a verdadeira Unidade com os irmãos caboverdianos, e para a instauração da Demo-

cracia Nacional Revolucionária.

Estes países juntam-se, assim, à Guiné Conakry, que de imediato manifestou o seu reconhecimento da legitimidade do Conselho de Revolução presidido pelo camarada Nino.

Importa frisar que as normas do Direito Internacional não estipulam a necessidade do reconhecimento de Governos, mas apenas de novos Estados, como,

de resto, frisou o vice-primeiro ministro português discursando perante o Parlamento do seu país.

Nestes termos, os reconhecimento até agora registados constituem, acima de tudo, manifestações de claro apoio, e a reafirmação do interesse na manutenção e estreitamento dos laços de amizade e cooperação com o nosso país.

(Ver página 2)

A LISTA DOS MORTOS

Incluimos, nesta edição, uma lista das pessoas sumariamente abatidas, sem qualquer julgamento, pelo regime deposto.

A presente lista, contendo cerca de 100 nomes, foi elaborada a partir das fichas criminais encontradas nas instalações da Segurança.

Importa reter que ainda há muitos mortos por identificar, pois só nas «valas» descobertas nas matas de Portogole, e nas imediações de Farim, Mansabá e Cumeré encontraram-se restos mortais de perto de 500 corpos.

(Ver Centrais)

POSIÇÃO DE CABO VERDE CONSTITUI INGERÊNCIA

O Conselho de Revolução, reunido anteontem, considerou a posição de Cabo Verde sobre o Movimento Reajustador do 14 de Novembro, como uma clara ingerência nos assuntos internos da Guiné-Bissau.

O Conselho da Revolução procedeu a uma análise exaustiva à situação económica do país, e às questões partidárias. A este respeito, foi decidida a reactivação imediata de todas as estruturas nacionais do PAIGC, e o camarada Presidente do Conselho de Revolução, João Bernardo Vieira, exortou pessoalmente os presidentes dos Comités do Partido e do Estado nas Regiões a que acelerassem o esclarecimento, junto das populações, dos motivos da acção revolucionária de 14 de Novembro. A reunião foi alargada nomeadamente aos membros do CEL do Partido, e ao Governo Provisório. — (VER PÁGINA 2)

Mensagens de felicitações

24 horas após a acção revolucionária que levou ao poder o Conselho de Revolução dirigido pelo camarada João Bernardo Vieira começaram a chegar as mensagens de felicitações de vários pontos do país e de diversos países do mundo.

Assim, foram recebidas no Conselho de Revolução as mensagens do Comandante Quemo Mané, presidente do Comité de Estado de Quinara, que afirma o seu apoio incondicional à Revolução; do Comandante de Batalhão de Mansoa, Suleimane Djaló; de Turpin, em Conakry; do Comandante Lamine Cissé, em nome das Forças Armadas destacadas em Bafatá.

O responsável máximo do Conselho de Revolução recebeu ainda as mensagens do Comité de Estado da Região de Tombali; de João Emídio Costa, responsável do Movimento Portuário da Junta Autónoma da Guiné; dos irmãos Maurice Gastaud e doutor Nordor; do presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa, Suleimane Mamede; de Ahmed Chehadi, de Ziguinchor; da Direcção da Udib; dos elementos das FARP, desmobilizados; dos trabalhadores da Imprensa Nacional; do Comité do Partido do Bairro de Nema-Sintra; e ainda da Associação da Comunidade Mauritaniana, em Bissau, do major Valentim Loureiro; e dos antigos presidentes do co-

mités das regiões de Quinara e de Tombali. Quinto Cabi Naiana e Marcelino Mendes Moreira, respectivamente.

Chegaram igualmente ao Conselho as mensagens da embaixada da Guiné-Bissau em Portugal; da Cooperativa Agrícola Domingos Ramos em Banjara; do Laboratório Nacional de Saúde Pública; da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné-Bissau; bem como da Escola de Enfermagem de Nhala; dos trabalhadores da Semapesca; das mulheres de Oio; de Paulina Soares Cassamá; de

António Baptista Taborada; de Paulo Barbosa Cabral; dos trabalhadores do Desenvolvimento Rural de Bolama; da Juventude de Bolama-Bijagós; e das mulheres do Bairro de S. Luzia/Pluba.

Os trabalhadores do Comissariado de Estado dos Recursos Naturais, felicitaram também ao Conselho de Revolução, e igualmente o fizeram Francisco Domingos Vaz, os Comités do Partido dos Bairros de Antula, de S. Luzia, e Chão - de - Papel/Alto Crim.

Países reconhecem o Conselho da Revolução

O camarada Comandante de Brigada, João Bernardo Vieira, da Comissão Permanente do CEL do PAIGC e Presidente do Conselho de Revolução recebeu mensagens de reconhecimento do órgão máximo do Estado na Guiné-Bissau, do Presidente do Comité de Salvação Nacional e Chefe de Estado e do Governo da República Islâmica da Mauritânia, coronel Mohamed Khouna Ould Haidalla, do Sargento-Chefe Samuel Doe, Presidente do Conselho de Redenção Popular e Chefe de Estado da Libéria, e do Governo da República Federativa do Brasil. Eis o conteúdo das mensagens:

O telegrama do Presidente mauritaniano dizia nomeadamente «sentimo-nos satisfeitos pelo vosso empenhado apego à linha de pensamento de Amílcar Cabral, às Cartas da O. N.U., da OUA e da CEDEAO». E acrescenta que está particularmente ligado ao nosso país, que visitou e onde verificou as mudanças aqui operadas.

Por seu turno, o Sargento-Chefe Samuel Doe dizia que «receberei uma vossa delegação em qualquer momento que se desloque a

Monróvia, e confio em que, sob a vossa direcção, sejam atingidas as legítimas aspirações do vosso povo».

A mensagem do Governo brasileiro, enviada através do seu embaixador acreditado em Bissau, sublinhava que as autoridades de «Brasília sentiam» satisfação diante da intenção manifestada pelo Governo guineense de continuar a manter relações cordiais com o Brasil. É, igualmente, intenção do Governo brasileiro, com base no respeito mútuo aos princípios da Carta das Nações Unidas e às normas do Direito Internacional, preservar e desenvolver os laços de amizade que unem os nossos dois povos».

Entretanto, à última hora, chegou-nos a informação do reconhecimento das novas autoridades do nosso país por parte da União Soviética, através de telegrama do Governo da URSS, e de Portugal — neste caso um reconhecimento implícito, anunciado no Parlamento português pelo vice-primeiro ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Freitas do Amaral.

CR afirma: Posição de Cabo Verde é uma ingerência nos assuntos do país

O Conselho de Revolução reuniu-se antontem sob a presidência do camarada Comandante de Brigada, João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução.

Na reunião foram analisadas as motivações e os objectivos da Revolução, levada a cabo pelos melhores filhos da nossa terra na noite de 14 de Novembro. Foi exposto aos presentes a degradante situação económica do país, o desvio à linha ideológica preconizada pelo nosso imortal líder Amílcar Cabral, o combate ao princípio de crítica e autocrítica,

pelo regime de Luiz Cabral e da deturpação do princípio sagrado do nosso Partido, o PAIGC —Unidade Guiné-Cabo Verde, e a introdução a uma política que favorecia a criação elitista e de divisionismo no seio dos militantes e dirigentes do Partido.

Foi, por outro lado, examinada a situação partidária, tendo sido dadas as instruções para que o Partido retome quanto antes as suas actividades em todo território nacional.

As posições que Cabo Verde tem assumido, sobretudo pelo Governo

caboverdiano, sobre a acção revolucionária de 14 de Novembro, foram igualmente analisadas e concluiu-se que elas revelam uma ingerência clara nos assuntos internos da Guiné-Bissau. Estes pontos foram discutidos longa e democraticamente.

O camarada Presidente do Conselho de Revolução falou aos participantes, em particular aos presidentes dos Comités do Partido e do Estado das regiões, para procederem ao esclarecimento, junto das populações, sobre os motivos que levaram a realização de 14 de Novembro.

Os presidentes dos Comités regionais foram todos reconduzidos nas suas funções, e manter-se-ão em exercício até uma análise concreta da situação actual do país.

A reunião do Conselho de Revolução foi alargada aos membros do CEL do Partido e do Governo Provisório, aos Presidentes dos Comités do Partido e do Estado das regiões, Secretários regionais do Partido e responsáveis de segurança das regiões, e membros do ex-Conselho do Estado.

Responde o povo

O que pensa do 14 de Novembro?

Após os acontecimentos de 14 de Novembro, em que o antigo regime foi deposto, o Conselho de Revolução, chefiado pelo camarada João Bernardo Vieira (Nino), foi categórico ao afirmar que o movimento das Forças Armadas visou um reajustamento, e não a ruptura do que Cabral nos legou de mais precioso. Esta tomada de posição veio esclarecer e acordar aqueles que dormiam no que respeita a aplicação na prática, na Guiné-Bissau, da ideologia do PAIGC e, por outro lado, levantou o véu sobre a corrupção e o caos que reinavam no antigo regime: Enfim, foi a concretização dos anseios do povo que esperava há muito por uma mudança no rumo que o país tomava em vários sectores, principalmente no campo económico.

CONCRETIZAÇÃO DO ANSEIO POPULAR

Victor Francisco Gomes — «Na generalidade a minha opinião não passa do comum. Mas o movimento do 14 de Novembro, uma data histórica, merece ser comentada em larga escala, porque coincide, na realidade, com os anseios do nosso povo. Portanto, não deixa de ser a concretização daquilo que as pessoas pensavam.

O facto de ter sido denominada de reajustamento, leva a pensar que é diferente do regime anterior e significa, no seu todo, a procura de soluções para melhorar a situação anterior.

Espero que os elementos do Conselho de Revolução, que se responsabilizaram de mudar o rumo do país, sejam capazes (no campo político), de satisfazer

as aspirações e a expectativa do povo. Porque só levando as coisas de acordo com a vontade popular é que poderemos alcançar um futuro mais feliz e próspero, no verdadeiro sentido da palavra. Todos nós, em particular eu, sabemos que é uma tarefa difícil. Mas o Conselho da Revolução deve ser capaz de organizar as coisas de melhor forma, para satisfazer os anseios do nosso povo, que foi o motivo deste reajustamento».

CABO VERDE BENEFICIAVA COM A UNIDADE

Ivo Djaló, professor da Educação Física — Considero que o 14 de Novembro devia processar-se antes, porque a situação económica do país era um caos. Apesar de tudo, não deixo de frisar que foi oportuno,

e a situação catastrófica que o país atravessava só não podia ser vista por aqueles que estavam com os olhos fechados ou que se encontravam em situação de privilégio. Porque a ausência de expressão era um facto, já que, ao falar, na altura, uma pessoa era considerada contra as ideologias do Partido e os membros do Governo.

O nosso povo deve louvar o Conselho da Revolução, que penso, irá reestruturar o Governo e zelar para o bem-estar do povo e, ao mesmo tempo, irá restabelecer a unidade Guiné-Cabo Verde. Segundo penso, na situação em que vivíamos, Cabo Verde era o beneficiado com a unidade, já que o Presidente do país não zelava pelos nossos interesses.

LEVANTAR INQUÉRITOS NOS DEPARTAMENTOS

Ansumane Indjai, da Secretaria do Liceu, — «Acho que o 14 de Novembro era necessário, porque o povo vivia na canseira, sem democracia, já que era proibido expressar-se livremente. Caso concreto da unidade que aqui não se podia pôr em causa, enquanto que em Cabo Verde era possível falar em tal. Por exemplo eu saí dos Correios por causa disso, não falo nisso para pessoalizar a questão, mas foi um caso concreto dos muitos que podem ser focados.

Por outro lado, acho que o novo Governo, para trabalhar seriamente, deve mesmo fazer um saneamento no antigo regime e recuperar homens (como Ca-

bral dizia). Mas devemos saber quem é que deve ser recuperado.

Além disso, penso que cada Comissariado e departamento devia fazer um inquérito para saber quais eram as relações que existiam entre os seus funcionários e a Segurança que passou pelo país. Em suma, arranjar pessoas sérias, independentemente da sua raça, para trabalhar para o bem estar do país e para o interesse do povo. Um facto concreto da falta de expressão no país é a fome que flagelava o povo, mas não se podia falar em tal, senão na falta de alguns alimentos, e foi mesmo radio-difundido que não existia fome na Guiné-Bissau, mas sim falta de certos alimentos. Saltou logo à vista que era uma afirmação totalmente falseada.

14 de Novembro-O fim da injustiça

No dia 21 de Novembro, uma semana passada sobre o glorioso 14 de Novembro, Bissau efervesceu dirigindo-se e concentrando-se ao longo da Avenida Amílcar Cabral e da Praça dos Heróis Nacionais, para prestar homenagem aos melhores filhos da nossa terra, que souberam tomar nas suas mãos os destinos da Pátria rumo ao progresso, à justiça social, à paz e ao bem-estar.

O povo da nossa terra quis, duma maneira bastante clara, mostrar ao mundo inteiro que está disposto a pôr fim a toda a espécie de injustiça e de abuso na nossa Pátria.

Nunca na nossa terra se tinha verificado uma manifestação tão espontânea e massiva como a de 21 de Novembro.

Essa manifestação é mais uma prova evidente da maturidade do nosso povo e de apoio total e incondicional aos justos objectivos do Conselho da Revolução.

O discurso do líder máximo do Conselho da Revolução, Camarada Nino Vieira, esclareceu, sem margem para equívocos, todos os presentes e todos os que, nos mais afastados pontos da nossa terra, puderam ouvi-

-lo juntos aos seus rádios.

Nino Vieira, referindo-se às injustiças de que vinha sendo vítima o nosso povo, mostrou claramente que não havia qualquer outro caminho para modificação do sistema de Luiz Cabral

essas injustiças no dia a dia: prisões em massa, massacres nas prisões, desaparecimento de pessoas e em qualquer explicação aos seus familiares, o clima de opressão e de desconfiança que reinava entre todos os filhos da nossa

E o nosso povo sabe bem, que nada disso corresponde aos objectivos do PAIGC, aos ensinamentos de Amílcar Cabral. Sabe-o, e não o esqueceu, Nino Vieira, um dos melhores filhos da nossa terra, e por isso mesmo ele próprio

suas responsabilidades para com o nosso povo, a fim de eliminar para sempre tais anomalias do nosso seio.

Nino Vieira, no seu discurso, interpretou com honestidade e modestia as aspirações mais

o óleo) foi-se agravando dia a dia.

Mas isso não incomodou de maneira nenhuma Luiz Cabral, que pelo seu lado continuava a esbanjar o dinheiro do nosso povo em projectos descabidos para a realidade económica da nossa terra. São tantos os erros cometidos neste plano, que só com o tempo é que, o Conselho da Revolução nos poderá informar detalhadamente, como, de resto, foi prometido.

Os nossos Combatentes da Liberdade da Pátria, as nossas FARP, viviam em condições desumanas de opressão, de desconfiança e de miséria. Mas como no passado, hoje e no futuro souberam e saberão lutar pela Independência e Liberdade do nosso povo. O nosso povo sempre soube, e hoje mais dó que nunca, que as Forças Armadas constituem um bastião contra as formas de opressão, e que doravante, conduzidas por Nino Vieira e outros membros do Conselho da Revolução, levarão avante os objectivos justos do PAIGC — a construção da nossa terra, numa sociedade de progresso e de bem-estar para todos os seus filhos.



e seus adeptos. Esses traidores da nossa Pátria subjugaram o povo, indo ao ponto extremo de eliminar fisicamente todos os que se opusessem ao sistema. Como disse o Camarada Nino Vieira "EM NOME DE QUÊ E PORQUÊ?."

O nosso povo sentia

terra, enfim, provas evidentes da traição aos princípios do Partido e à linha de Cabral, e de desonra à memória dos heróis que tombaram pela libertação da nossa terra.

O desprezo total pela pessoa humana era vivida por todo o país.

era perseguido e marginalizado pelo regime deposto.

Como seria possível continuar o povo a viver sob tal regime?

Foi por isso que um punhado de filhos da nossa terra, viu-se na obrigação de assumir as

profundas do nosso povo, aspirações de paz, de amor ao próximo e de progresso para o nosso povo. Em seis anos de independência o povo só viu injustiças e miséria, só ouviu mentiras. A falta de géneros de primeira necessidade (o arroz, o açúcar, o pão

Obrigado camarada Kabi

Praça dos «Heróis Nacionais» intchi kum. Sob o sol ardente do meio-dia, pouco a pouco, os bancos, o monumento, as árvores e o chão da praça iam sendo ocupados pelo povo, vindo massivamente de todos os cantos do sector de Bissau e arredores.

Eram lavradores, badeiras, pescadores, comerciantes, estudantes, militantes armados, pioneiros, impulsionados pela força da gratidão e do reconhecimento. Mobilizados pela coragem de que deram provas os membros do Conselho da Revolução e seus colaboradores, os guineenses vieram de Biombo e Tôr com os machados e panos de balobero, afluíram das casas humildes de Pilum, Mindará, etc.

«... Quando ouvi os tiros dêitei-me sobre os meus dois netos. Estava com medo. Sou uma simples mulher da terra, só conheço o radi (arado). Mas quando soube que tomamos o nosso tchôm — desculpa meu filho — saí para a rua como estava deitada, num prito. Esqueci a fome dos dias anteriores, dancei, a milha filha, essa chorava...» Assim descrevia uma mulher do bairro de Caliquir a sua reacção na altura dos acontecimentos de sexta-feira à noite, a caminho da Praça dos «Heróis Nacionais».

Ninguém a convocou para a manifestação, não tem rádio, não sabe o que é um comício ou «meeting», nem milita no comité do Partido, queria apenas ver e ouvir Nino, agradecer a Nino.

Crianças, jovens e velhos, estavam lá, emocionados, assaltados por um contentamento de que muitos não conseguem explicar os motivos. Outros, vítimas da intolerância, do abuso do poder, «tapadis fraco» também se encontravam lá, na tarde de sexta-feira, dia 21 de Novembro, uma semana após o Reajustamento de 14 de Novembro, num desabafo colectivo. O ar que as pessoas respiravam tinha o odor duma nova libertação, da dignidade reencontrada.

UMA TESTEMUNHA NA MULTIDÃO

KABI!!! KABI!!! KABI!!! O nome de guerra de João Bernardo Vieira era a palavra de ordem que saía de todas as bocas. Agradeciam o seu patriotismo, a coragem que teve ao encabeçar o movimento que restabeleceu a legalidade na Guiné-Bissau e preservou as conquistas da nossa gloriosa Luta de Libertação Nacional, evitando ao nosso povo a escuridão.

No meio da massa multitudinária que o aclamava, Nino conseguiu descortinar Ângelo Sá, jovem pepel de Biombo, antigo aluno duma escola

do partido no sul, que lhe levava comida e água na base de Catungo (ilha de Como).

«Camaradas, 100 guineenses morreram asfixiados na prisão de Farim, eu não sabia, mas está ali uma testemunha, — i mati» — disse Nino, apontando Ângelo com o dedo. Registamos a sua história, e seu drama:

«Um dia vi uma mulher caboverdiana que vendia porco. Chamei-lhe caboverdiana e critiquei o facto de ela vender a carne muito cara. Como eu era da polícia, perguntou-me se não sabia que ela e Buscardini eram parentes. Depois foi queixar-se.

Passado pouco tempo, nas vésperas de seguir para um estágio, Buscardini chamou-me ao seu gabinete e disse-me: «Meu caro burro, repete o que disseste à mulher caboverdiana. — Repeti. Mas não acreditou, chamou-me racista. — Já não vais ao estágio. Tirou-me todos os documentos e ameaçou prender-me fora de Bissau. Pensei em Carache, pedi-lhe perdão até cansar, depois chorei».

Visivelmente emocionado, quase aturdido, Ângelo interrompe a narrativa. Volta atrás no tempo, lembra os primeiros dias do pós-25 de Abril quando, vindo das zonas libertadas, traz caixas com centenas de emblemas do partido, para distribuir em Bissau. Depois entra para a Polícia, onde era quase servente e nunca recebeu um salário fixo. «Talvez não acreditem no que digo. Se Buscardini estivesse vivo eu enfrentava-o, de certeza que não desmentiria o que digo».

Mostra-nos a palma da mão e o cotovelo, partes do corpo onde perdeu ossos, na altura da fuga da prisão de Farim, para onde o levaram «sem que a minha família estivesse ao corrente».

«Reconheci muitos presos, havia dias em que nos batiam. Fugiu, quando nos tiraram para fazer a limpeza. Deixei cair o meu balaio e quando voltei para o recolher fugi, corri, noite e dia pelo mato, até chegar a Biombo, onde me escondi durante quatro meses, sem trabalho, sem dinheiro. Um dia resolvi voltar a Bissau, fui ter com o próprio Buscardini e pedi-lhe novamente trabalho. Recusou.»

Mas, perguntamos nós, se tu eras um evadido, como é que foste ter com ele? Não receaste ser preso mais uma vez? «Fui, estava desesperado, sem trabalho. Fui. Conte o caso ao tio Lourenço, ele disse-me sempre que tivesse calma».

E agora, que pensas fazer? Vou voltar à Polícia, procurar todos os meus documentos e provar que fui vítima duma injustiça».

500 pessoas executadas nas matas

Em seis anos de independência total da nossa terra, 500 pessoas foram fuziladas sumariamente, sem julgamento e enterradas em valas comuns nas matas de Cumeré, Portogole e de Mansabá.

Publicamos hoje, os nomes de algumas pessoas que foram massacradas pelo regime de Luiz Cabral, pois só as fichas criminais é que chegaram ao conhecimento do Conselho da Revolução. Sabe-se que mui-

EIS A LISTA NA ÍNTEGRA:

Madjudjo Baldé, 29 anos, natural de Bafatá, lavrador-djila, filho de Adulai Baldé e de Salimato Baldé, preso em 18-11-78.

Fernando de Pina Araújo (Nando), nascido em 13 de Agosto de 1943, em Farim, empregado comercial, solteiro, filho de José de Pina Araújo e de Lucrécia Monteiro.

Suleimane Injai, nascido a 13 de Maio de 1950, em Bissau, condutor, solteiro, filho de Queba Injai e Mará Injai.

Bubacar Baldé, nascido em 1945 na Região de Gabú, alfaiate, solteiro, filho de Sambaro Baldé e de Maru Embaló.

Lássana Djassi, nascido em 1945, em Bolama, ajudante mecânico, solteiro, filho de Bacar Djassi e de Ramata Mané, preso em 21-11-78.

Ocante Djú, 29 anos, nascido em Biombo-Bissau, tecelão (ficial), casado, filho de Ocante Djú e de Nené Gan, preso em 4 de Dezembro de 1974 por suspeita de possuir armamento...

Augusto Nanque — nascido a 15 de Agosto, em Biombo, ex-Polícia Administrativo (Guarda Cipaio), solteiro, filho de Djacá Djú e de Fanda Cá, residente em Quissete-Prábis, detido em Janeiro de 1975 e condenado em Abril de 1975 a pena capital pelo tribunal de Guerra.

Bernardo dos Santos — nascido em 22-10-1920, em Bolama, condutor, solteiro, filho de Ukacra Mango e de Gunhi, residente no Bairro de Gambeafada-Reno, casa n.º 66, detido em 21-11-78, por ter protegido o grupo de Malam Sanhá.

Arafam Sanhá (Carfala) — nascido em 20-1-1931, em Fulacunda, alfaiate, solteiro, filho de Bacar Sanhá, residente no Bairro de Reno, casa n.º 301, detido em 21-11-78, por pertencer ao grupo Malam Sanhá em convénio com Rafael Barbosa.

Constantino Aliu Sani — nascido em 10-4-53, em Sare-Bacar (Contuboel), professor militar, filho de Suleimane Sani e de Sandje Sani, residia no Bairro de Missira, preso em 18-11-78, por estabelecer ligação entre Malam Sanhá e Rafael Barbosa.

Madia Baldé — nascido em 1953, em Cossé (Bafatá), lavrador, solteiro, filho de Djassi Baldé e de Aissatú Baldé, residia em Caliquir-Bissau, preso em 19-11-78 por ter tomado parte na reunião de «assalto» feita pelo grupo de Malam Sanhá.

Queta Baldé, de 32 anos, nascido em Dando (Região de Bafatá) condutor (funcionário público) filho de Mamadú Alfa Baldé e de Manho Seidi, residia no Bairro de Ajuda, casa n.º 144, preso em 21-11-78, por ter pertencido ao grupo Malam Sanhá.

Samba Djuma Cumbassa, nascido em 1944, em Bambadinca (Bafatá), lavrador, solteiro, filho de Abibo Cumbassa (falecido) e de Djulafé Djaló, preso em 18-11-78, por pertencer ao grupo Malam Sanhá.

Francisco Dias (Tchico Dias) — nascido em Ilhéu do Rei-Bissau, Motorista marítimo, casado, residia no Ilhéu do Rei, filho de Luis Domingos Dias e de Sabina Gomes Correia. Foi preso em 14 de Outubro de 1974 e acusado entre outras coisas de ter pertencido a extinta ANP...

Sanassi Dabó (El Hodge Sanassi Dabó), nascido em 2 de Março de 1920, em Bafatá, «mouro» de profissão e proprietário de imóveis, casado, filho de Supu Dabó e de Cunssa Djassi, preso em 10 de Janeiro de 1975, por pertencer a extinta ANP e militante na LPG — Liga Popular da Guiné.

Gomes Eulálio Francisco — nascido em 15 de Agosto de 1952 em Catió (Região de Tombali), mecânico; casado, residia no Bairro de Pefine casa n.º 74. Foi preso a 2 de Outubro de 1974 por ter desertado nas fileiras do PAIGC, por sua mãe se encontrar na altura doente e o seu pai morto.

Sérgio Carvalho Alvarenga — nascido em 1914 em Bissau, antigo condutor do governador colonial, solteiro, filho de Manuel Carvalho de Alvarenga e de Rosa da Silva, residia em Bissau, na Avenida Unidade Guiné-Cabo Verde, casa n.º 66, preso em 19-11-78, por contribuir no encobrimento no momento da reunião do grupo Malam Sanhá.

André Sanhá (Bletche Sanhá) — de 24 anos, nascido em Bissorã, mecânico naval, casado, residia no Bairro de Missira casa n.º 111, filho de N'Tic Sanhá e de Pantchande N'Bula todos falecidos. Foi preso a 15 de Agosto de 1974 por ter entregue a tropas coloniais...

Maoundé Embaló — nascido em 1958 em Anhambe Galomaro, levrador, casado, filho de Malam Embaló e de Cumba Baldé, residia no Bairro de Ajuda, preso em 21-11-78.

Mamadú Mané — nascido em 1943 em Unala (Região de Buba), condutor de taxi de Empresa Siló Diata (funcionário público), solteiro, filho de Cuntam Mané e de Fenda Biai, residia no Bairro de Amedalai, casa s/n.º, preso em 19-11-78 por fazer parte do grupo Malam Sanhá como condutor de ligação.

Adul Baldé — 45 anos, nascido em Cossé, lavrador, casado, filho de Sabana Baldé e de Balael Baldé, residia em S. Domingos, preso em 20-11-78.

Braima Sani — nascido em 25 de Abril de 1949, em Empada, alfaiate, casado, filho de Malam Sani e de Djilam Sambú, preso em 18-11-78 por ter pertencido ao grupo de Malam Sanhá.

Pate Quebé — nascido em 1946 em Forreá (Sector de Quebo), loibé de profissão, solteiro, filho de Tene Quebé e de Bula Djau, residia no Bairro de Cuntum, casa s/n.º, preso em 19-11-78 por ter tido ligação com Malam Sanhá.

Cubé Djaló (Cubé), de 27 anos nascido em Djanadá-Foreá, padeiro, solteiro, filho de Mau Na Indé e de Djiun Camará residia no Senegal preso em 18-11-78.

Morto Correia (Morto), nascido a 3 de Junho de 1933 em Garsenha — Fulacunda, motorista, casado, residia no Alto Crim casa AC-82, preso em Novembro de 1974. Trata-se de um ex-agente da PIDE/DGS e colaborador activo do tenente Castro.

Braima Turé — nascido a 8 de Agosto de 1948 em Bissorã, alfaiate, casado, residia no Bairro de Missira s/n.º, filho de Baillo Turé e de Saeratu Djaló, preso em 12 de Dezembro de 1974, antigo furriel dos comandos africanos — grupo Marcelino da Mata.

Estevão Nanque, 20 anos nascido em Bidgimita, lavrador, solteiro, filho de António Nanque e de Otendo Djú (todos falecidos), residia em Bidgimita, preso em Setembro de 1974 e era antigo combatente das FARP.

Amadú Baldé — nascido em 1948 em Quebo, vendedor ambulante, solteiro, filho de Adulai Baldé e de Djabú Candé, residia no Bairro Missira casa s/n.º, preso em 18-11-78 por ter tido ligação com o grupo Malam Sanhá, o qual pôs a sua casa à sua disposição.

Mário Victor (N'Bali), de 22 anos, nascido em Nhacra, pintor, casado, residia no Bairro de Missira casa n.º 108, preso em 28 de Novembro de 1974, acusado de participar no arrebatamento de uma granada.

tos camaradas das FARP, que discordavam do regime do grupo de Malam Sanhá, e antigos comandos africanos na nossa terra, foram mortos pelos Serviços de Segur...

São bem conhecidos do nosso povo os crimes c...

Bubacar Colubali — nascido a 14-7-1943 em Tchurbrique (Cacheu), condutor (cobrador da Siló Diata sua última profissão), solteiro, filho de Samba Colubali e de Páscoa Gomes, residia no Bairro de Reno, casa s/n.º, preso em 21-11-78, acusado de pertencer ao grupo Malam Sanhá.

Garranque Camará — nascido em 1950 em Beldanda, lavrador, solteiro, filho de Mamadú Camará e de Sirá Bangurá, preso em 16-11-78, acusado de ter sido enviado por Malam Sanhá de comandar um grupo de cinco indivíduos.

Amadú Camará — nascido em 1938 em Labé (República da Guiné), lavrador, solteiro, filho de Mussá e de Mariana Barri, residia no Bairro de Calequir, preso em 16-11-78, acusado de tomar parte numa reunião com os elementos do grupo Malam Sanhá.

Tcherno Djau, de 66 anos de idade foi detido em 18 de Novembro de 1978 quando residia no bairro de Las Palmeiras. Natural de Senegal, de nacionalidade guineense.

Na ficha apreendida na polícia consta como profissão «muro muçulmano» isto é previa o futuro e fazia «magia». Segundo a sua ficha foi detido em 18 de Novembro de 1978 por ter dado asilo a Malam Sanhá e de servir-lhe de estimulador.

Boi Baldé, solteiro, nascido a 17 Abril 1946, em S. Benedito e como profissão encontra-se na sua ficha ex-fuzileiro Naval.

Amadú Uri Colubali, solteiro, de 33 anos de idade, natural de Madina de Boé. Profissão: lavrador (camponês), residia em Calequir — Bissau.

Lássana Biai, casado, de 32 anos de idade, natural de Cacine, djila de profissão (vendedor ambulante) e residente em Plubá.

Mamadú Siré Colubali, solteiro, nascido em 1949, em Medjo (R. de Tombali), trabalhador rural e preso em 21 Novembro de 1978 quando residia no bairro de Calequir.

Victor Caetano Monteiro (algunha Landé), casado, natural de Bissau. Profissão electricista e residia no Bairro de Ajuda n.º 40.

Pedro Lopes, solteiro, nascido a 6 de Outubro de 1948, natural de «Nossa Senhora de Fátima» tendo como profissão ex-fuzileiro especial.

Sandém Dabó, solteiro, nascido a 25 de Agosto de 1952 em Empada e tendo como profissão ex-fuzileiro especial.

Augusto Fonseca da Silva, solteiro, nascido a 3 de Fevereiro de 1936 em Bissorã, trabalhador da Função Pública (aspirante). Detido em 25 de Novembro de 1978 quando residia no Reino n.º 165/C

José Adriano, solteiro, de 23 anos de idade, nascido em S. Domingos, lavrador (camponês). Foi detido em 21 de Novembro de 1974 quando residia no bairro de Calequir. n.º 199.

Ansumane Baldé, solteiro, de 45 anos de idade natural de Empada, vendedor ambulante, residente no Bairro de Missira n.º 144/4.

Quecutá Mané — sem ficha — segundo o Bilhete de Identidade encontrado no arquivo: casado, nascido em 22 de Fevereiro de 1942 em Bissorã, trabalhador da Função Pública — condutor de autocómóveis.

Iaia Baldé, casado, natural de Gabú, ajudante de R X e residente no Bairro de Cuntum-Bissau

Malam Djassi (Malam Gundagui), solteiro, de 37 anos de idade, natural de Gundagui, lavrador residente no Bairro Militar.

e independência

de Cumeré, Portogole e Mansabá

e das injustiças de que eram alvo, e elementos de criados pelas autoridades do colonialismo português e do Governo deoposto.

metidos pelos elementos dos «comandos africanos»,

Mamadú Baldé, solteiro, nascido em 1940 no Mato Cossé (Galomarro), vendedor ambulante preso em 19 Novembro de 1978 quando residia em Ingoré.

Martinho Tagá, solteiro, 21 anos de idade, natural de Intcherte — Binar, lavrador e residente no Bairro de Missirá. Foi detido em 28 de Novembro de 1974 por ter lançado uma granada contra Malam Sanhá quando este se encontrava numa viatura em serviço.

Augusto Sene Djau, solteiro, natural de Bissau, alfaiate, nenhuma menção a data de nascimento, detido em 1978 a 18 de Novembro quando residia no bairro de Missirá.

Luntan Indjai, casado, nascido a 20 de Agosto de 1936 em Fulacunda, condutor. Residia no Bairro de Missirá quando foi detido em 19 de Novembro de 1978.

Belente Mep, solteiro, natural de Mato Din'AL — Bula, lavrador e residia no Bairro de Missirá quando foi apresionado a 19 de Novembro de 1974, por cumplicidade no rebentamento de uma bomba. Foi furiel dos comandos africanos e detentor da Cruz de Guerra de 1.ª classe, encontrada na sua residência na altura da sua detenção.

Mamadú Sani, solteiro, natural de Cossé (Galomarro), nascido em 12 de Abril de 1936. Foi detido em Ingoré onde residia, segundo a ficha, por ter dado asilo a Malam Sanhá.

Mamadú Bailo Djaló, solteiro, nascido a 19 de Março de 1942 em Madina de Boé. Djila (vendedor ambulante) de profissão e residente no Bairro de Belém B-124.

Mussá Camará (mais conhecido por Abna), solteiro de 21 anos de idade, natural de Portogol, pescador e residente em Banculé-Bissau.

Iero Djuma Bangurá (Leuro), solteiro de 27 anos de idade, natural de Madina de Boé. Na sua ficha está representado como profissão djidiu e ultimamente era guarda nocturno do Comis. de Energia. Foi detido em 19 de Novembro de 1978, quando residia em Calequir.

Bonco Sanhá, solteiro, de 34 anos de idade, natural de Biana — Região de Bafatá, lavrador, residente em Senegal. Foi preso — segundo a sua ficha — em 18 de Novembro de 1978 por ter sido enviado por Malam Sanhá a fim de participar nas actividades subversivas.

Farim Camará, solteiro, nascido em 1951 em Gabú, lavrador e residente no Bairro de Missirá n.º 111.

Aliu Djau, solteiro, nascido a 15 de Janeiro de 1939 em Mampata — R. de Tombali, condutor das Obras Públicas e residente no Bairro de Cuntum.

Braima Djaló, casado, de 35 anos de idade, natural de Catió, motorista (condutor) e empregado comercial, residia em Cacine quando foi preso a 25 de Outubro de 1974.

Augusto Sanhá, (Amego), solteiro, nascido a 17 de Março de 1952 em Bissorã, empregado de balcão e residia no Bairro de Missirá n.º 111 — 3.

João Iaia (Silá) Seidi (Iaia Mansabá ou Iaia Seidi), solteiro, nascido em Fevereiro de 1946 em Mansabá, motorista (condutor) da LIAGB e residia no Bairro de Missirá — MS — 66 — Bissau.

Pedro João Abdú Silá, solteiro, natural de Bissorã, profissão djila, residia no Bairro de Mindará casa n.º 306. Na sua ficha nada consta e no

junto das populações indefesas. Era justo que, fossem julgados, mesmo eles, e condenados pelos seus crimes. Mas tal não aconteceu. O regime de Luiz Cabral violou flagrantemente as normas dos Direitos do Homem, e nenhum comando africano, nenhum dissidente foi levado a tribunal. Foram executados barbaramente no meio das florestas, contra os mais elementares princípios da justiça, e contra os princípios do nosso glorioso Partido.

quadro de observação, a palavra «libertado» e depois riscado à caneta e observa-se na fotografia uma cruz, sinal de que foi assassinado sem qualquer justificação de crime cometido, aliás como muitos. Mas a palavra libertado indica como é óbvio a sua inocência sobre qualquer «crime» que porventura o levou à prisão.

Mamadú Sambú Tcharló, solteiro nascido a 15 de Novembro de 1955 em Empada, empregado de balcão, residia no Bairro de Missirá, casa n.º 142 e foi detido a 20 de Novembro de 1978.

Mussa Seidi, solteiro, nascido em 1950 em Bambadinca, vendedor ambulante, residia no Bairro de Cuntum.

Malam Indjai, solteiro, nascido em Quinará ou em S. João (R. de Bolama/Bijagós). Já que possuía duas fichas bastante contraditórias no que diz respeito ao local e data de nascimento, e motivo da sua prisão. Contudo, o Bilhete de identidade encontrado nos arquivos, ilucidou-nos que nasceu a 25 de Setembro de 1937.

Mamadú Aliu Sané, nascido em 1944, lavrador e pescador, residia em Quebo e foi detido a 27/11/1978.

António dos Santos, nascido a 30/9/1931, trabalhador da ex-Câmara Municipal de Bissau, foi detido em Dezembro de 1974 e depois em Março 1975.

Daba Indjai, nascido em 1946, funcionário público, residia em Ilonde detido em 28/11/1978.

Yaffa Doubon, nascido em 1917, auxiliar dos Armazéns do Povo residia em Gambiáfada n.º 59 e foi detido em 30/11/1978.

Famadú Djaló, nascido em 1936, lavrador, residia em Quebo, detido a 29/11/78.

Braima Sano, nascido em 1/4/1930, mecânico de motores marítimos, residia no Bairro de Bandim e foi detido em 14/12/1974, por ter tomado parte na invasão a República Popular e Revolucionária da Guiné (em 22/12/70, como membro dos Fuzileiros).

Massá Sane, nascido a 7/3/1931, reside no bairro de Cupelon, detido em Dezembro, de 1974, por ter participado no massacre de Pidjiguiti e condenado em Março de 1975 pelo tribunal de guerra.

Mamadú Turé, nascido em 1930, lavrador e pescador, residia em Mansabá, e foi detido a 23/11/78.

Abudú Djassi, nascido em 1959, comerciante, residente em Gambiáfada casa n.º 104 detido em 28/11/78.

António Tebna Fará, lavrador e ex-polícia da segurança pública do Governo colonial, detido em Dezembro de 1974.

Anssumane Mané, nascido em 1934, lavrador residia em Sintra casa n.º 42 e detido em 13/12/78.

Vasco Malam Dabó, 39 anos de idade, escriturário, detido a 22-10-1974, por ter pertencido à FLING como secretário geral do sindicato desta organização, e sendo fuzilado em Março de 1975. Residia no Bairro de Balém n.º 171.

Manuel Barbosa, nascido em 1914, marinheiro, detido a 13/12/1978 residia no bairro de Nema n.º 35.

Mamadú Bari, de 21 anos, lavrador e detido a 22/11/1978.

Corca Djaló, de 42 anos, carpinteiro, residido em Mindará n.º 302 detido a 23/11/78.

Mamadú Bobo Baldé, nascido em 1948, lavrador, residia em Quebo e foi detido a 27/11/78.

José Francisco Gomes, nascido a 13/2/1930, motorista (condutor), residia na estrada do Aeroporto n.º 181/A MI — Bissau.

Mutar, Só, nascido em 1942, lavrador, residia em Brene — Bissalanca, detido a 24-11-1978.

Bubacar Bari, empregado do comércio, residia em Cupelon de Baixo, foi detido, a 13/12/1978.

Bacar Sanhá, nascido a 12/3/1952, membro das FARP, residia no quartel General e foi detido a 20/11/1978.

Malam Sabali, nascido em 1958, pescador, residia em Godomp (Rep. de Senegal) e foi detido a 3/12/78.

Alfa Úmaru Djaló, 32 anos de idade, lavrador e foi detido a 19/11/78.

Bala Sidibé, nascido a 8/4/1936, motorista, residia em Bissau — bairro de Plubá e detido a 29/12/1975.

Adjoca Sá, nascido a 9/7/1956, estufador, residia no Bairro de Gambiáfada e foi detido a 17/11/78.

Alberto Indami Cabi, nascido em 3/1/1934 professor, residia em Cupelon de Baixo e detido em 14/12/78.

Djadeja N'Di, lavrador, residia em Cuntum, detido a 26/11/74, por ter pertencido à extinta PIDE/DGS, no acto da sua detenção não possuía qualquer artigo ou documentação e segundo a observação suicidou-se.

João Barros, nascido em 23/5/22, comerciante, residia m Chão de Papel, detido em 25/11/78.

Tcherno Madiu Djaló, nascido em 12/4/1900, lavrador, detido em 22/11/78.

Beçangaram Nau N'Futa, residia em Plaque e detido em 4/11/74, por ter desertado das FARP e ajudado os colonialistas nas suas incursões a antigas zona Libertada, por cada assalto recebia cinco mil escudos.

Bacar Cissé, nascido em 3/3/1935, condutor dos Armazéns do Povo residia em Rua n.º 14 casa 19 e foi detido em 2/12/78.

Rafael Rodrigues, lavrador, residia em Bissalanca (Safim) e foi detido em 10/1/75 por ter acusado e denunciado o seu irmão que tinha hospedado na sua casa, precedente na Zona Norte e morto pelos colonialistas.

Quecuta Mané, nascido a 15/8/43, condutor, residia no Bairro de Missirá e foi detido a 24/11/78.

Nelson Galina Barbosa, de 25 anos de idade, funcionário Público, residia em Bissau, detido em Março de 1975, desertado das fileiras das FARP e ex-elemento da PIDE/DGS de ligação para o exterior: República do Senegal e da Guiné.

Orlon da Silva, 48 anos de idade, lavrador, residia em Bukoto (R. do Senegal) e foi detido em 31/7/74, militante da FLING desde 1961, pagava quotas e fez preparação militar em Kaolak. Foi detido na sede da Ligação popular dos guinéus pelas autoridades coloniais e entregue às nossas. Faleceu por doença de barriga.

Resolver o problema alimentar do povo é o nosso principal objectivo

O Conselho da Revolução, através do seu porta-voz, o camarada Mário Cabral, Comissário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Informação e Cultura, numa Conferência de Imprensa realizada no salão dos Negócios Estrangeiros, na tarde de terça-feira, afirmou que a «primeira coisa é alimentar o nosso povo. Esse é um dos principais problemas. Fora isso há todo um conjunto de questões, nomeadamente a realização de meios de produção para melhorar as condições de trabalho do nosso povo, tanto a nível dos próprios camponeses como a das estruturas burocráticas».

Mário Cabral sublinharia ainda que «temos que pensar e repensar a nossa política nos vários domínios, económico, social e cultural, de defesa e segurança, não no sentido de pôr em causa as resoluções do PAIGC, mas a sua materialização, que não estava a ser praticada».

Como se sabe, enfrentamos uma grande crise alimentar neste momento. Estamos a sair de um mau ano agrícola, talvez pior que o de 1977, que foi considerado o ano da seca». Segundo as palavras do Comissário do Desenvolvimento Rural, julga-se que a necessidade na Guiné-Bissau em cereais rondará as 70 mil toneladas de arroz, havendo ainda que juntar o açúcar, o óleo etc.

Ainda sobre a questão alimentar, o porta-voz do Conselho da Revolução responderia a uma pergunta da seguinte maneira: «Nós dissemos sempre que a prioridade número um era a agricultura, mas nem sempre isso se verificou, mas vamos procurar fazer isso exactamente, através da concessão de meios financeiros e outros, através do estímulo da produção, da abertura de circuitos de comercialização, do fornecimento das lojas em artigos de primeira necessidade que motivem a produção e a quebra do circuito de auto-subsistência».

Sobre o grande projecto de Contuboeil, ficou claro que aí está um dos principais sucessos da nossa agricultura. «Queremos aproveitar — continuou — toda a reserva de água que houver nesta terra porque está a chover cada vez menos

em toda a zona saheleana. Portanto, temos que ser capazes de aproveitar ao máximo essas potencialidades naturais e porque, além disso agrupa e associa os agricultores num estilo de entre-ajuda e da realização de um trabalho colectivo que sirva a toda a comunidade e não a uma pessoa só ou a um grupo muito restrito de pessoas».

INQUÉRITOS ÀS EMPRESAS LIGADAS À CORRUPÇÃO

Como é do conhecimento do público, iniciaram-se já inquéritos tanto nos Armazéns do Povo como em várias outras empresas «ligadas à corrupção». A este propósito o camarada Victor Freire Monteiro, precisou que «neste momento não podemos dizer se visa a substituição ou alargamento de área de iniciativa privada. O inquérito dos Armazéns do Povo visa única e exclusivamente que o Conselho da Revolução, na área económica, possa ver mais claro no que diz respeito à situação concreta, à maneira como a gestão do património do Estado pertencente a esta unidade tem sido feita para que se possam determinar novas directrizes, e se for necessário, alguma alteração em termos de pessoas ou de áreas de actividades».

No que diz respeito à actividade das empresas ligadas à «corrupção» vai-se fazer um levantamento das práticas pouco correctas, de situações de anomalia flagrante em operações que durante este período passaram pelo Banco, e outras informações que eventualmente o Conselho tenha. Na realidade, como viria a frisar o dr. Victor Monteiro, «desde sempre lutamos contra um certo favoritismo no que respeita a ligações com determinadas empresas. Mas, por força de circunstâncias, nunca foi possível barrar caminho a essas ligações e operações. Infelizmente alguns departamentos do Estado, quer isolado, quer conjugando os seus esforços não foram capazes de impedir isso».

Sobre a alteração do regime da terra, uma das perguntas formuladas por um jornalista português o Governador do Banco Nacional, diria que é humanamen-

te impossível debruçar-se sobre determinados assuntos. Sendo matéria de tão transcendente importância, o Conselho da Revolução não está habilitado neste momento a pronunciar-se sobre esse assunto, porque tem estado a resolver problemas de momento a momento.

Por sua vez, Mário Cabral afirmou que em relação às eleições para a Assembleia Nacional Popular é uma questão que ainda não está pensada. «Temos primeiro que resolver as questões mais urgentes e depois progressivamente vamos restabelecer o regime democrático e constituir os seus órgãos, através das vias normais».

O Governo Provisório tem tido um calendário bastante carregado de reuniões alargadas aos membros do executivo do Partido e aos principais responsáveis regionais. Nessas reuniões, pelas próprias palavras do porta-voz do Conselho da Revolução, serão de certeza tomadas decisões muito importantes e, vamos entrar dentro da mesma tónica: discutir as questões, aprofundar as análises porque já ouvimos muita coisa que incrimina mais uma vez o regime deposto.

OUVIR A VOZ DE CADA MILITANTE

Apesar de estarem a funcionar todas as estruturas do Estado, as do Partido estão praticamente bloqueadas, mas «nós continuamos P.A.I. G.C.». Esta afirmação respondeu a uma pergunta sobre as razões porque é que se tem falado muito no Conselho da Revolução e não no PAIGC. A este propósito, Mário Cabral referiu: — «Julgo que é porque o Conselho da Revolução assumiu todas as atribuições que competiam à ANP, ao Conselho de Estado e ao Con-

selho de Comissários, portanto o Governo em todos os aspectos legislativo e executivo. Vamos fazer funcionar as estruturas do Partido, fazendo primeiro funcionar as suas estruturas nacionais, como o Conselho Nacional, que

de Aristides Pereira como Secretário-Geral do PAIGC, foi dito que será o Congresso que pode decidir, e nele todos os militantes e aqueles que foram convocados para o efeito deverão dar a sua opinião. Terá que se ouvir a

existe entre as nossas forças armadas e o Ministério da Defesa da URSS tem que se manter».

Nesta Conferência de Imprensa também se voltou a falar das nossas ligações, relações de amizade e cooperação



tem como objectivo resolver, e estudar, todos os problemas a nível nacional.

Entretanto, já se desencadearam certas acções no sentido de estabelecer o diálogo com Cabo Verde e, portanto, estabelecer uma via de reorganização do Partido, tendo em conta os acontecimentos do 14 de Novembro.

Mário Cabral aproveitaria para reafirmar que o Partido é um conjunto de militantes, e não são só os dirigentes o constituem. O Secretário-Geral, — agora referia-se à sua posição em relação ao movimento do 14 de Novembro — é um militante a quem se atribuíram responsabilidades especiais. «Mas naturalmente que o Partido poderá continuar mesmo que tenhamos que reunir um Congresso extraordinário, para rever as suas estruturas e a organização da sua própria direcção». Sobre a continuidade

voz de cada militante para dar a sua opinião sobre o que pensa desta Revolução e das pessoas que estão na direcção do Partido.

O NOSSO MOVIMENTO É IRREVERSÍVEL

Por seu turno, o comandante Manuel Saturnino diria o seguinte sobre a presença de conselheiros militares soviéticos no nosso país: «Todo o mundo sabe que nós fizemos uma Luta de Libertação Nacional com armas de origem soviética e dos países socialistas, armas essas que utilizamos até ao momento. E como se sabe, no domínio das Forças Armadas a tecnologia está em progresso. Estamos a precisar dos conselheiros soviéticos porque temos a necessidade de manter as nossas forças armadas no seu nível máximo para a defesa da nossa soberania nacional. Acho que essa relação que

com os mais variados países do mundo. A este propósito o Comissário do Desenvolvimento Rural e da Informação e Cultura reafirmaria que «os outros países terão que nos entender como Estado soberano, senhor dos seus destinos, e que decide com quem unir, quando e como unir. Porque julgamos que a nossa política exterior é de defender a Unidade Africana. Os países mais cedo ou mais tarde irão reconhecer o Movimento do 14 de Novembro porque ele é irreversível, e as pessoas têm que se situar perante um facto consumado que terão que reconhecer, porque quem manda no seu país são os donos desse mesmo país. Portanto, os outros terão que se render à evidência. Ninguém nos vai impedir de fazer qualquer tipo de união. Poderão aconselhar-nos, mas teremos sempre a última palavra a dizer em relação a isso».

Negociações de crédito com o Banco Mundial

O camarada Samba Lamine Mané, Comissário de Estado dos Recursos Naturais, seguiu ontem de manhã para os Estados Unidos, à frente de uma delegação governamental, com o objectivo de negociar com o Banco Mundial a concessão de um crédito de cerca de sete milhões de dólares (245 milhões de pesos aproximadamente), que serão utilizados nas pesquisas petrolíferas no nosso país.

Fazem ainda parte da delegação, além de elementos do gabinete de estudos petrolíferos «Atlantic Ressources», os camaradas Pio Cor-

reia, director da Petrominas, Lorena Santos, director da Geologia e Minas, e Abrantes Lopes, director do Banco Nacional.

Em declarações prestadas pelo chefe da missão, Samba Lamine Mané, tudo indica que o crédito será assinado agora com o Banco Mundial, pelo que os trabalhos de pesquisa deverão iniciar-se daqui a 18 meses ou dois anos. Este dirigente acrescentaria, no entanto, a sua satisfação pelo trabalho que tem sido realizado pelo Gabinete de Estudos, cuja indicações a Guiné-Bissau tem cumprido na íntegra.

Guerrilha no Chile

A opinião dos observadores de que se assiste a uma recrudescência de acções armadas da oposição contra a ditadura militar chilena, foi confirmada pela vaga de atentados que teve lugar nos últimos dias no Chile.

Declarando tratar-se de «casos isolados», a Junta militar encabeçada pelo general Pinochet tentou apaziguar a grande emoção e o choque a acção que destruiu sete postos de alta tensão, o que originou uma falta de energia eléctrica em Santiago, Valparaíso e em Vina del Mar.

Os grupos de comandos «marxistas-extremistas», como são chamados pela Junta fascista, aproveitaram o escuro e a confusão geral para incendiar um entreposto da firma «Renault», que tinha naquele momento, cerca de uma centena de automóveis.

Por outro lado e em despeito de uma completa mobilização do exército, da polícia e das forças da segurança, a Junta não conseguiu descobrir os comandos de esquerda que se denominam «Milícia da Resistência Popular».

Como certos jornais do regime o sublinham agora, o «referendo» de Setembro último decepcionou as esperanças da oposição de ver operar-se na vida política do país, uma certa abertura, o que incitou certos movimentos de oposição, como o «Movimento da Esquerda Revolucionária» a empreender acções armadas contra a Junta ditatorial de Pinochet.

Alto Volta: Crise política e social na origem do golpe de estado

«A situação política e económica do Estado, caracterizada pela degradação do clima social e do funcionamento de todos os sectores da vida nacional» — é a justificação apresentada pelo coronel Saye Zerbo, presidente do «Comité Militar de Salvação Nacional», para a deposição, na terça-feira de manhã, do general Aboubacar Sangoule Lamizana, chefe de Estado do Alto-Volta.



O ex-presidente Lamizana, na companhia de Joseph Ouedraogo, presidente da Assembleia Nacional, dissolvida pelo Comité Militar

O Comité Militar vai permanecer no poder até à formação de um governo de «salvação». A Constituição foi suspensa e a Assembleia dissolvida.

Numa proclamação lida pela Rádio Nacional, o coronel Zerbo, comandante do regimento interarmas de Ouagadougou e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, anunciou que «estruturas de reconstrução para o progresso nacional e de instauração duma verdadeira democracia, associando todas as forças vivas da nação» seriam criadas.

Por outro lado, um comunicado do novo regime precisou que «os partidos políticos estão suspensos e que as actividades políticas proibidas», e que «as liberdades individuais e colec-

tivas estão garantidas», assim como «a liberdade de imprensa, as liberdades sindicais e de religião».

CRISE POLÍTICO-SOCIAL

O clima político-social do Alto-Volta estava marcado, há mais de um ano, por um profundo mal-estar provocado, não só pela grave situação económica, mas também por uma clivagem constante entre o regime e os trabalhadores.

As eleições legislativas de Maio de 1978, que deviam consagrar «a garantia das liberdades democráticas e o retorno à uma vida constitucional normal» foram massivamente boicotadas pelo eleitorado, confrontado a uma gra-

ve carência alimentar e a um alto custo de vida.

No ano passado, a FAO (Organização da ONU para a Alimentação e Agricultura) e o P.A.M. (Programa Alimentar Mundial) lança-

A quem atribuir as culpas? A seca que vigora há dez anos? Aos poderes públicos que privilegiaram as culturas alimentares ou, finalmente, à desorganização das explorações familiares, consequência do êxodo massivo de jovens do campo para as plantações e as cidades da Costa do Marfim?

Quase todos são unânimes em considerar que «a fome que atinge periodicamente os camponeses é apenas o sinal externo duma desordem económica mais profunda. Todos os governos que se sucederam há 20 anos limitaram-se a gerir a herança colonial, e nada foi feito, quer na agricultura ou na indústria, para tirar o país da rotina em que foi lançada por vários decénios de colonização».

Há dois meses que uma prova de forças opunha os professores ao governo, perturbando seriamente a vida nacional.

ram um grito de alarme para a situação no Alto-Volta. O país sofria dum défice cerealífero, de 12 milhões de toneladas.

Um milhão de emigrantes

Enclavado no Sahel, atingido há dezenas de anos por uma seca catastrófica, o Alto-Volta é um dos países mais pobres de África.

Com uma superfície de 274 mil quilómetros quadrados e uma população de 6,3 milhões de habitantes, o Alto-Volta situa-se no centro da África Ocidental, ao sul do Mali e do Níger, ao norte da Costa do Marfim, do Ghana, do Togo e do Benin.

A sua população é bastante móvel: mais de um milhão de voltaicos vivem nos Estados costeiros, nomeadamente na Costa do Marfim, onde trabalham nos portos e nas plantações.

Os mossis formam a etnia dominante, representando 48 por cento da população total. O francês é a língua oficial.

País essencialmente agrícola, o Alto-Volta não possui indústrias importantes e nenhuma exploração mineira.

Africa Austral:

O imperativo da independência económica

Com o objectivo de acelerar o processo de independência económica dos países da África Austral em relação à África do Sul racista, realizou-se de 27 a 28 do corrente em Maputo, capital de Moçambique, a segunda conferência para a coordenação do desenvolvimento da região sul do nosso continente.

Segundo a agência noticiosa moçambicana AIM, «a perspectiva de desenvolvimento inerente a este exercício regional aparece assim

como uma tentativa de resolução estrutural do problema da dependência da África do Sul, e não como uma mera resposta ao plano sul-africano de uma «constelação de Estados».

«Assim, concluiu a agência moçambicana, o falhanço da «constelação de Estados, será não o objectivo primeiro da conferência, mas sim o sintoma de uma vitória estrutural sobre o fenómeno global da dependência».

Na declaração final da primeira conferência,

realizada em Abril deste ano em Lusaka, os chefes de Estado e de governo de Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue sublinharam que a dependência em relação à África do Sul «não é um fenómeno natural nem é o resultado sequer de uma economia de mercado livre. Os nove Estados (e a Namíbia) foram, em diferentes graus, incorporados deliberadamente pelas metrópoles coloniais, pelos governantes

coloniais e pelas corporações internacionais, em estruturas coloniais e sub-coloniais cujo centro é, de uma maneira geral, a África do Sul».

A conferência de Maputo devia delinear um programa de desenvolvimento coordenador para os países da região e analisar as possibilidades de participação naqueles projectos de países desenvolvidos e das instituições financeiras internacionais.

programa de desenvolvimento coordenador para os países da região e analisar as possibilidades de participação naqueles projectos de países desenvolvidos e das instituições financeiras internacionais.

COMÉRCIO EXTERNO

NAIROBI — As autoridades do Quênia decidiram proibir a entrada no país de toda a mercadoria que não possua licença de importação. Um jornal de Nairobi anunciou recentemente que o governo suspendeu a importação de carros de turismo.

FALTA DE ÁGUA

WASHINGTON — Três pessoas entre quatro não possuem o nível mínimo de abastecimento em água potável nos países em vias de desenvolvimento, indicou um estudo realizado pelo Banco Mundial, publicado no quadro do decénio do «Abastecimento em água potável e de acção sanitária».

PRÉMIO NEHRU PARA MANDELA

NOVA DELI — O prémio Jawaharlal Nehru foi atribuído ao líder nacionalista sul-africano Nelson Mandela, detido há 16 anos pelas autoridades racistas na prisão do Robben Island, frente à Cidade do Cabo. Ao entregar o prémio, o presidente da República da Índia, Sanjiva Reddy, indicou que esta recompensa marca a contribuição da Índia ao «engajamento nunca desmentido de Mandela na sua luta pela justiça, e os direitos políticos e humanos» na África do Sul.

REFUGIADOS EM ÁFRICA

GENEVA — Uma conferência internacional ao nível ministerial vai realizar-se em Abril de 1981 em Genebra, a fim de encontrar uma solução para o problema dos refugiados em África. Um porta-voz do Alto Comissariado dos Refugiados (ACR) declarou que era necessário um acordo não só para ajudar os refugiados, mas também para apoiar a estabilidade de todo o continente. O ARC vai consagrar 175 milhões de dólares do seu orçamento de 1981 África.

TANZÂNIA-OLP

DAR-ES-SALAM — O primeiro representante da Organização de Libertação da Palestina na Tanzânia, Fouad Bitar, apresentou no início desta semana as suas cartas credenciais ao presidente Julius Nyerere. Nesta ocasião, o diplomata entregou ao chefe de Estado tanzaniano uma mensagem de amizade de Yasser Arafat, líder da OLP.

Nino aos jornalistas

A nossa Revolução é para servir o povo

«A nossa Revolução é só para servir o nosso Povo. Aqueles que nos quiserem considerar marxistas ou moderados, ou não sei mais o quê, que o façam. Mas o nosso objectivo único é servir o nosso Povo, mais nada».

Com esta afirmação, o camarada Nino respondeu eu directamente à questão colocada por um jornalista estrangeiro, na breve conferência de Imprensa realizada na manhã de segunda-feira, na Fortaleza da Amura, e, simultaneamente, esclareceu várias confusões e algumas atoardas lançadas sobre a opinião pública internacional, a respeito do Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

Aliás, o presidente do Conselho de Revolução teve oportunidade de reafirmar inteira fidelidade aos princípios do Não-Alinhamento.

Perante a estranheza manifestada por um jornalista português quanto à sua ignorância, enquanto primeiro ministro, da eliminação dos dissidentes, Nino disse: «É fácil de explicar. Tenho sido combatido e afastado pouco a pouco». Mais a frente, depois de recordar que o ex-Presidente Luiz Cabral assumirá a direcção pessoal das FARP e da Segurança, afirmou: «Só pouco depois da acção do 14 de Novembro é que eu soube de tudo isto. A Segurança e as FARP não estavam sob o meu controlo».

Os representantes da Imprensa estrangeira, ainda a este respeito, quiseram saber se o Presidente Aristides Pereira estaria, ou não, a par dos massacres. Eis a resposta de Nino: «Não posso afirmar que ele estivesse ao corrente de tudo isto. Mas, como Secretário-

-Geral, é sua obrigação sabê-lo».

CONFIANÇA NA SOLUÇÃO DENTRO DO PARTIDO

O futuro do PAIGC foi outra questão abordada. Nino Vieira, vincando a sua convicção de que se encontrará uma solução dentro do Partido, afirmou: «O PAIGC não acabou. Penso que vou ter um encontro — ainda não está marcada a data — com o Secretário-Geral do Partido. Eu propuz que ele viesse aqui a Bissau para esse encontro. Agora, estou à espera da resposta». E rematou: «Agora, temos voz activa para dizer qualquer coisa».

Um representante de um jornal francês colocou o «caso Rafael Barbosa», e a confusão que detectou junto de militantes do Partido, per-



guntando ainda se Rafael Barbosa se encontra actualmente em liberdade. Esclareceu o Presidente do Conselho de Revolução: «Surgiu uma confusão neste aspecto, porque o Conselho da Revolução não ordenou a libertação de Rafael Barbosa. Houve grande confusão, porque ele esteve na Rádio e falou. Até ao momento, encontra-se em residência vigiada, não está na prisão. O Conselho de Revolução vai estudar o caso de Rafael Barbosa, para saber que decisão vai tomar em relação a ele».

Sobre o destino de

Luiz Cabral, respondeu Nino: «Nós vamos ver o que é que há. Eu não sei de nada, nem da situação económica do país, não sei de nada, incluindo os massacres. Estamos a estudar neste momento, e depois tomamos uma decisão, se ele vai ficar detido aqui, ou se vai ser enviado para fora».

O apelo lançado pelo Conselho da Revolução aos cidadãos nacionais emigrados e exilados no estrangeiro motivou alguns pedidos de esclarecimento por parte dos jornalistas, nomeadamente sobre se ele limi-

tava alguns sectores. O dirigente máximo da nossa terra afirmou, peremptoriamente:

«Todos os cidadãos nacionais podem regressar ao país».

A terminar a conferência de Imprensa, Nino ainda pôde soltar duas sonoras gargalhadas, que constituíram resposta esclarecedora, e definitiva a especulações feitas por certa Imprensa de Portugal, sobre a alegada instalação em Bissau de um banco internacional com capitais portugueses, e sobre uma mirífica visita ao nosso país de... Spinola.

Uma resposta enérgica

«Continuação da 1.ª página»

Como claramente o definiu Cabral, «não queremos que o nosso Povo seja explorado. O nosso desejo de desenvolver o nosso país, com a justiça social e com o poder nas mãos do povo, é a nossa base ideológica. Nunca mais queremos ver um grupo ou uma classe explorar ou dominar a força de trabalho do nosso Povo. Esta é a nossa base»...

Com efeito, nos últimos anos, vinha a verificar-se uma inflexibilidade nas estruturas do Partido e do Estado, caracterizada por uma negação ao diálogo franco e aberto e pela utilização de todo um conjunto de medidas demagógicas.

O País afundava-se cada vez mais, numa situação de dependência económica. A dívida externa atingia, nos últimos tempos, montantes astronómicos. A balança de pagamentos altamente deficitária, a escassez de produtos de primeira necessidade, nomeadamente o arroz, o baixo poder de compra das populações e a inflação galopante, reforçadas pelas injustiças sociais por demais evidentes, eram as características dominantes do regime deposto.

Foi com base nesta complexa situação, plena de conflitos e de contradições e pressionado pela vontade popular, que a 14 de Novembro último, um Conselho de Revolução, presidido pelo Comandante de Brigada, João

Bernardo Vieira, assumiu o poder na República da Guiné-Bissau.

Só pessoas altamente comprometidas com o regime deposto, ou aquelas que viviam fora da realidade existente no ex-governo, podem pretender que a corajosa acção levada a cabo por esse valoroso punhado de jovens dirigentes militares e civis, filhos da nossa Terra, fiéis aos princípios básicos do PAIGC, não seria o método mais correcto para solucionar as contradições verificadas desde há algum tempo no seio do Partido.

Como, porém, aceitar uma situação, onde o diálogo e a vontade democrática, que sempre caracterizaram a nossa organização política, fossem substituídos por uma atitude chauvinista e elitista, em flagrante conflito com os interesses fundamentais do nosso povo e da nação guineense?

Tal situação exigia uma resposta enérgica e revolucionária, como condição última para garantir uma vida de paz, progresso e bem-estar social para o nosso Povo, de forma a materializar correctamente os princípios traçados pelo saudoso camarada Amílcar Cabral — Unidade na Guiné, Unidade em Cabo Verde, e Unidade da Guiné e Cabo Verde.

Hoje, mais do que nunca, urge realçar que a acção levada a cabo, longe de ser racista ou anti-caboverdiana, é, antes de mais, a salvaguarda dos princípios consagrados no Programa Maior do PAIGC, da nossa personalidade histórica, da nossa independência nacional.

Principais colaboradores do Conselho da Revolução



Divulgamos hoje as fotografias dos camaradas que integram o Conselho da Revolução na qualidade de principais colaboradores.

São eles: Joseph Turpin, Dr. Victor Freire Monteiro, Eng.º Mário Cabral e Dr. João Cruz Pinto.